

## MONOGRAFIA: UM INSTRUMENTO DA ARGUMENTAÇÃO

Maria Teresinha Py ELICHIRIGOITY<sup>1</sup>

*ABSTRACT: A monograph is a written genre generally requested as a Course Conclusion Work and has its structure and form of production presented in uncountable manuals containing norms for elaborating scientific documents. This paper is part of a larger study concerning the vision of a monographic text as a polyphonic and argumentative construction, having as a basic theoretical support Bakhtin (1995), Ducrot (1998). The research points out the position of the orienting professors about this process of elaboration, at the same time that it resumes the orientation of some manuals – Nunes (2000), Lakatos and Marconi (1992), and it rethinks about them, since it discovers the absence of observations on the texture of argumentation and its polyphony, essential characteristic of the monographic discourse. This comprehension is necessary for a good written production.*

*KEYWORDS: monograph; teaching practice; polyphony; argumentation.*

### 1. Importância do estudo do texto monográfico

A produção escrita na universidade tem recebido, constantemente, críticas tanto de professores quanto de alunos que, na maioria, sentem dificuldades para produzir, por exemplo, no final de seus cursos, uma monografia. Qual é o funcionamento discursivo próprio para o discurso monográfico na academia? Há uma preocupação maior em ensinar a estrutura convencional, a classificação do gênero, a definição de modalidades, com vistas a possibilitar a formulação de um conjunto de regras que organizam o objeto texto. É necessário que se repensem e se discutam questões sobre a produção do texto acadêmico hoje, na universidade. Em Elichirigoity (2007) faz-se o estudo sobre a dialogia no texto monográfico que mostra como esses escritores universitários transpõem o discurso de outrem<sup>2</sup> para o ponto de suas próprias enunciações.

Brait (2003:24), por sua vez, relembra que, para Bakhtin, as relações de sentido entre os diversos enunciados implicam dialogismos de diferentes graus, que devem ser considerados em suas especificidades. Por exemplo, pode haver dialogia da parte de quem fala/escreve ao estabelecer um confronto entre a teoria de autores que jamais se leram, o que não implica dialogismo nato entre esses teóricos. Da mesma maneira, afirma Brait (2003:25),

“há o dialogismo não intencional representado pelas inúmeras vozes que habitam o indivíduo, constituindo a fala interna e condicionando um incessante diálogo, pois, para Bakhtin, os elementos históricos, sociais e lingüísticos atuam de forma decisiva no cerne da personalidade do indivíduo, e se manifestam de forma dialógica em seus discursos”.

Mas este artigo pretende, em primeiro lugar, mostrar a investigação sobre as noções de monografia apresentadas em manuais tradicionais. Em segundo lugar, será comentada a compreensão dos orientadores sobre o processo de produção do texto e da própria orientação por eles realizada. Talvez se possa provocar, com isso, um repensar sobre as condições de

---

<sup>1</sup> Doutor em Letras – Área de Concentração: Estudos da Linguagem/Teorias do Texto e do Discurso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<sup>2</sup> A base teórica desse aspecto está em Bakhtin, no capítulo 9 - “O discurso de outrem” da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, editada pela primeira vez em 1929/30, sob a assinatura de Volochinov em Leningrado.

produção desse tipo de texto com implicações para o ensino/aprendizagem da escrita dentro da academia.

## 2. Orientação tradicional dos estudos monográficos

No volume 2 da coleção “Normas para a apresentação de trabalhos científicos” da Universidade Federal do Paraná, que trata do trabalho monográfico, foi encontrada seguinte definição:

Monografia é a exposição exaustiva de um problema ou assunto específico, investigado cientificamente. O trabalho de pesquisa pode ser denominado monografia quando é apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de especialista, ou pode ser denominado trabalho de conclusão de curso, quando é apresentado como requisito parcial para a conclusão de curso. A monografia pode ser defendida em público ou não. A monografia publicamente comunicada em congressos, encontros simpósios, academias, sociedades científicas, segundo normas estipuladas pela coordenação dessas reuniões e/ou entidades, é denominada memória (p.2).

Tal definição encaminha para a idéia de que monografia é a descrição completa de um fato problemático ou tema determinado que possa ser pesquisado com metodologia científica. Mas haverá a possibilidade de completude real no texto ou na análise de problemas?

A indicação do uso deste texto pela academia (avaliação para a obtenção de títulos) já justifica parte da dificuldade do estudante em produzir monografias. Ele escreve para um avaliador em situações, geralmente estressantes, de final de curso. Por outro lado, a possibilidade de a monografia denominar-se “memória” em determinadas circunstâncias não apresenta nenhuma especificação de fundamentação teórica que possa ter ancoragem em base filosófica – trata-se de memória mnemônica apenas. E o que fica de fora, também, naquela definição, é a importância da apresentação de pontos de vista que argumentem entre si, com base em valores diversos que movimentam o texto e que o transformam em um rico tecido em que se entrelaçam, metodologicamente, leituras, vivências, argumentações e conclusões de um autor.

Nunes (2000), Juiz de Direito do Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo e professor da graduação e pós-graduação da PUC/SP também considera a elaboração de monografias fundamental não só porque mostra o conhecimento que o aluno tem da matéria tratada, como também, simultaneamente, permite ao estudante, em uma tarefa isolada, aprofundar seu aprendizado no tema tratado. Segundo ele, a monografia de conclusão de curso, como requisito curricular obrigatório, implica alterações positivas sobre a qualidade do curso. Como argumentação favorável, cita a sua obrigatoriedade em fim de curso na Itália, reportando-se a Umberto Eco. Mas subtrai a crítica feita por este filósofo, teórico da comunicação de massa que, ao escrever *Como se faz uma tese* considera a universidade italiana, hoje, uma *universidade de massa com seus deveres sociais*, que transforma os alunos (geralmente, numerosos e apressados) em pesquisadores por obrigação para ascender profissionalmente e ocupar qualquer posto em um meio provinciano, em contraposição à antiga *universidade de elite*, também superada por ser exclusivista. A característica da tese de licenciatura é ser uma imposição legal *destinada a criar aquela pretensiosa dificuldade final para selecionar os futuros profissionais*. Na verdade, Eco critica, além da qualidade dos trabalhos apresentados, na maioria das vezes, todo o sistema de ensino, inclusive o universitário, que não dá o apoio suficiente para que estudantes mais carentes possam realmente dedicar-se ao estudo.

Mas, voltando à orientação de Nunes (2000), a monografia deve ter um único tema realmente do interesse do pesquisador, mesmo que o assunto seja pouco conhecido por ele. Uma alternativa para esta escolha é buscá-lo em obras de autores conhecidos. É preciso situar o tema no tempo e no espaço. Uma boa técnica para auxiliar na limitação do tema é submetê-lo a um questionamento adequado. A problematização do tema funcionará também como meio de levantar questões para o desenvolvimento da pesquisa e elaboração do texto. A seguir, o autor (ibid, p.13), orienta para que se faça uma pesquisa prévia com o objetivo de ver se as fontes de consulta estão disponíveis, e orienta para mudar de tema se, após algum tempo de trabalho, o pesquisador chegar à conclusão de que não era bem aquele seu objetivo. Segundo Nunes, uma pequena variação no tema não compromete o trabalho monográfico, a não ser que o trabalho seja do tipo com tema indicado, e o orientador não concorde, embora isso não seja próprio de uma boa orientação:

Se o orientador se opuser à alteração, saiba que ele está errado e confunde orientação com imposição de regras de conduta sem sentido. Você está certo. Insista na alteração. (Nunes, 2000:15).

Depreende-se dessas palavras de Nunes que há possibilidades de um jogo de poder que manipula o que deve ser dito e pesquisado na monografia a despeito dos resultados concretos contrários levantados à priori. Pode-se considerar até um alerta para o estudante se precaver, tentando manter a sua voz.

Mais adiante (p.17), caracteriza tipos de monografia (de compilação, de pesquisa de campo e científica), numa divisão didática, reconhecendo a possibilidade de esses tipos se combinarem durante a realização concreta do trabalho monográfico.

A monografia de compilação consiste na exposição do pensamento dos vários autores que escreveram sobre o tema escolhido. O estudante deve, então,

demonstrar que examinou o maior número possível de obras publicadas sobre o assunto versado; sendo capaz de organizar as várias opiniões; antepô-las logicamente, quando se apresentam antagônicas, harmonizar os pontos de vista existentes na mesma direção, enfim, tem de ser capaz de apresentar um panorama das várias posições, de maneira clara e didática. Deve, também, o estudante dar sua opinião sobre os pontos relevantes, bem como suas conclusões (NUNES, 2000, p.17).

É interessante que se comente a crença de harmonia entre os pontos de vista, ainda que isso pareça razoável, caso os argumentos se movimentem na mesma direção. O que se quer observar é que harmonia não significa igualdade. Estudos teóricos de Ducrot sobre topoi já demonstram a heterogeneidade da constituição de cada topos, o que nos obriga também a reconhecer em asserções com a mesma orientação argumentativa e tema parecido, possibilidades de conclusões com nuances diferentes. Por outro lado, a qualidade de uma monografia não está apenas na harmonia dos pontos de vista, mas, principalmente, no seu antagonismo e como as conclusões acarretadas, a partir daí, são expostas.

A monografia de pesquisa de campo, segundo Nunes, prevê a investigação do estudante tanto nos aspectos teóricos publicados em textos quanto nos dados concretos. A pesquisa de campo é empírica, realiza-se pela indagação concreta das pessoas envolvidas e interessadas no tema objeto do estudo. Serão também de campo, a pesquisa de documentos históricos, a experimental e a clínica.

Após a elaboração do trabalho de campo, cabe ao investigador organizar o material colhido de forma lógica e sistemática. Essa organização dependerá das premissas levantadas pelo estudante antes do início do trabalho para que a coleta de dados seja significativa e consistente. As hipóteses de trabalho podem ser extraídas de obras doutrinárias ou de pesquisas anteriormente feitas e publicadas. Ainda, segundo Nunes, o aluno pode, inclusive,

atualizar uma pesquisa antiga, caso a julgue equivocada ou tenham se alterado as condições reais.

Seria interessante, neste ponto, enfatizar, o equívoco de que a ordem do real é estática e de que, portanto, os resultados de pesquisa podem ser cristalizados. Isso é uma ilusão criada para o leitor, quando o autor do manual apenas sugere a possibilidade de atualização de “pesquisa bem antiga”. Na verdade, os objetos de pesquisa se alteram constantemente.

Finalmente, é apresentado o terceiro tipo: a pesquisa “científica” (p.24). O autor reconhece que qualquer dos outros tipos também pode ser assim designado, desde que, como trabalho de cunho científico, seja útil à comunidade científica à qual se dirige e à comunidade em geral, de alguma forma. Para isso, diz Nunes, é preciso que o trabalho consiga dizer algo que ainda não foi dito (embora reconheça que originalidade total é impossível, pois alguém já deve ter escrito alguma coisa direta ou indiretamente ligada ao assunto), ou com uma ótica diferente daquilo que já foi dito, ou venha a contestar alguma posição anterior.

Já a monografia de compilação, conforme Nunes (p.25), uma vez que nada acrescenta de novo, só poderá ser considerada científica, se compilar todos os livros, textos e autores que tratam do assunto até certo momento, de tal forma que o resultado do trabalho se torne útil aos demais investigadores, o que exige uma pesquisa muito longa e bastante arriscada.

Parecem, no entanto, questionáveis os critérios de base adotados pelo autor para definir a monografia de compilação. É o conteudismo seu critério principal? À reunião de dados e informações pode-se dar o nome de monografia, já que pode haver uma monografia não científica? Qual seria, então, a diferença entre os bancos de dados da Internet e uma monografia de compilação? Ou então, pode-se considerar um extenso banco de dados sobre determinado assunto como uma monografia científica? Temos certeza de que não. Porque falta uma metodologia de investigação determinada, um eu crítico definido, um ponto de vista centralizador que vai justificar toda a argumentação e possibilitar a produção de um texto que dê ao leitor uma sensação de completude com suas conclusões, apesar de todas as infinitas continuidades possíveis que uma pesquisa e um texto possam ter.

Por outro lado, Nunes não descarta, como já foi dito à página 7, que o estudante, na monografia de compilação, deva indicar sua posição sobre os pontos relevantes, bem como suas conclusões. Mas a orientação que dá, leva a uma interpretação termo a termo entre pensamento/linguagem/mundo, como se a relação entre palavras dos textos lidos e coisas fosse uma relação natural e não lingüístico-histórica. Então, o que se conclui é que, para Nunes, a monografia de compilação, para ser científica, deve ser essencialmente longa e conteudística. Orlandi (1996:64) já denunciou esse comportamento das ciências humanas pelo qual elas deixam pensar que pela busca dos conteúdos se podem descobrir os verdadeiros sentidos do discurso que estariam escondidos. Comenta Orlandi:

Se não nos ativermos aos conteúdos da linguagem, podemos procurar entender o modo como os textos produzem sentidos e a ideologia será então percebida como o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado. A ideologia não é um conteúdo “x”, mas o mecanismo de produzi-lo (ORLANDI, 1996, p.65).

Para Nunes, numa monografia científica, após a escolha e delimitação do tema, o pesquisador elabora um relato sobre o que vai ser pesquisado e apresenta os problemas que pretende solucionar; levanta, então, hipóteses com vistas à solução dos problemas apresentados. Começa, assim, a desenvolver a pesquisa empírica de campo e/ou a buscar fundamentação em teoria já estudada e provas que possam embasar a argumentação, desenvolvida numa concatenação lógica, para comprovar ou não, suas hipóteses. Esses

elementos probatórios constituirão o corpo da redação. Finalmente, após análise e conclusão dos dados, serão redigidas as conclusões.

O autor (ibid, p.28) passa, então, para o início das tarefas de montagem provisória da monografia. Quanto ao momento próprio da redação da monografia, Nunes (2000: 60) ressalta as características da linguagem do trabalho científico: utiliza linguagem técnica da área específica da investigação; apresenta proposições controláveis em termos de rigor lingüísticos e que permitam à comunidade científica na qual o trabalho está inserido, entender a comunicação. Nunes chama a atenção para a necessidade de se evitar, portanto, o uso de termos vagos e ambíguos.

Mas essa alegada clareza do texto jurídico, sabemos, nós, é uma falácia. O que existe, além da tentativa de transparência no uso da linguagem natural, que é constitutivamente opaca, são termos técnicos com os quais pretendemos ser mais pontuais na descrição ou na tentativa de interpretação da realidade que, por si só se refaz constantemente, o que transforma cada enunciado em um acontecimento único, sendo que até os próprios termos técnicos, muitas vezes, tomam sentidos diferenciados (e isso Nunes reconhece), ou não dão conta da nuance de sentido buscado.

Nunes (2000:62) afirma que a comunicação científica deve ter um caráter formal e impessoal, evitando-se a construção da oração na primeira pessoa do singular.

Entretanto, o próprio Nunes reconhece ser impossível em determinados trechos do trabalho, não utilizar o “eu” para não prejudicar o entendimento, por exemplo, de um procedimento específico (p.63). Por outro lado, o autor não especifica qual a função do uso da linguagem impessoal no texto monográfico. Por que os alunos são orientados para que escrevam com estruturas que omitem os agentes? Será redundante explicitá-los? Não há conveniência em fazê-lo? Ou será uma forma de o autor-pesquisador generalizar as afirmações, considerando-as aceitas por todos, e, com isso, aumentar a força ilocucional<sup>3</sup> dessas suas afirmativas, numa tentativa de convencer mais fortemente o leitor? O certo é que a orientação dada no manual passa a ilusão de que a comutação de pessoa apaga a subjetividade e isso, realmente, não ocorre.

Após esses comentários sobre a linguagem do texto monográfico, Nunes (ibid, p.63) passa a orientar a redação da introdução: é um texto sintético que deve propiciar ao leitor uma visão panorâmica do que virá, introduzindo-o no tema explorado. Portanto, irá focalizar o tema, as dificuldades para sua escolha; eventuais dúvidas e problemas surgidos durante a investigação; o método utilizado na elaboração da monografia (pesquisa, organização, redação) e se necessário, a forma especial de raciocínio utilizada. Na introdução, orienta o autor, não se desenvolve qualquer assunto, evitam-se citações de autores e notas de rodapé. A introdução é a última parte do texto a ser escrita (ibid, p. 64).

Enuncia, a seguir, as fases do desenvolvimento: problematizar os tópicos relevantes e tentar solucioná-los ao longo do texto, baseando-se no roteiro provisório elaborado anteriormente; sustentar as proposições apresentadas ou a solução do problema levantado mediante apresentação de elementos comprobatórios, no corpo da redação (ibid, p. 65).

Segundo Nunes, a transcrição literal tem de ser fiel ao trecho transposto e até eventuais erros (do autor ou da edição) devem ser mantidos, embora o pesquisador possa, por meio da expressão “sic” (que significa “assim mesmo”) colocada após o uso considerado inadequado, manifestar sua estranheza, pelo sentido ou incorreção. Nunes (ibid p.74) alerta sobre o uso de

---

<sup>3</sup> Na oposição entre “dizer algo” e “fazer algo”, Austin faz intervir a noção de Força Ilocucional (FI)- que é a doutrina dos diferentes tipos de função da linguagem – cuja constituição se dá de acordo com as circunstâncias especiais de ocasião em que o proferimento é emitido. Assim, a constituição da FI se localiza no ato ilocucionário e coloca a exterioridade como fator determinante na questão da significação.

tal expressão, que seguida, às vezes, de ponto de exclamação, reforça, para o leitor, uma severa crítica ao autor citado, e que “a grossa ironia” mais desconstitui o enunciador do que àquele a que ela pretendia atingir. Por outro lado, são usadas citações quando se precisa da autoridade de alguém para dar validade ao que se diz; “as citações não devem ser usadas para reforçar algo notório e do consenso acadêmico” (p.78).

Pelo que se depreende, Nunes não leva em conta a base do princípio dialógico de qualquer enunciado, que é a relação com o outro e o sentido ideológico que as palavras carregam. Parece, pelo manual, que o texto monográfico tem um leitor pré-determinado sempre, e que há uma homogeneidade consensual na universidade, inexistindo valores ideológicos contraditórios que permitam duvidar de verdades aceitas pela maioria. Mas, reportando-nos a Bakhtin (1995), se os signos mudam como reflexo das condições do meio social, conclui-se que tanto o julgamento do óbvio, como o conceito de autoridade, podem variar. Considerando-se que a alteridade intervém sempre na subjetividade, pois a identidade é um movimento em direção ao outro, um reconhecimento de si pelo outro que tanto pode ser a sociedade como a cultura, pergunta-se: em que se apóia nossa universidade “de massa”<sup>4</sup>, como sociedade, para inserir seus alunos na cultura científica de seu tempo, a fim de que eles possam distinguir e debater entre o óbvio e a citação da autoridade?

Com relação ao modo de citar na monografia, referindo-se às citações feitas por meio de paráfrases, o autor diz que a melhor maneira de produzi-las é, após leitura atenta do trecho escolhido, escrever com as próprias palavras o pensamento do autor. As paráfrases, assim como as citações literais, cumprem também, a outra missão da remissão ao texto original utilizado: a indicação ao leitor de sua posição precisa no texto.

Cabe aqui uma observação sobre o conceito de paráfrase e sua distinção com relação à perífrase. Segundo Zandwais (1996:12), “ao abordar fenômenos parafrásticos, alguns semanticistas como Palmer (1976) e Lyons (1977) partem do pressuposto de que não existem co-ocorrências exatas, mesmo no interior de uma única língua”. Há diferentes ordens de referências subjetivas em que os vínculos estabelecidos entre significado e significante podem se inscrever, de acordo com o usuário da língua. Zandwais (1996:13) lembra ainda que, pela ótica de Lyons, “as relações de compatibilidade/incompatibilidade de transposições sinonímicas não são fornecidas somente pelo sistema, mas também criadas pela força de convenções sócio-culturais dos grupos”. Já na perspectiva da enunciação, a autora baseia-se na ótica de Parret (1988), segundo a qual “o ato de transposição pode ser considerado como fundador do sentido, na medida em que, como ato produtor, opera com valores emergenciais do sentido, e não com valores já determinados por hipóteses intralingüísticas”. Para esse autor, segundo Zandwais (ibid., p.14), as transposições parafrásticas são vistas tanto como operações de tradução intralingüística como expansões de sentido. Mas as transposições parafrásticas originam-se da “necessidade de desambigüizar conteúdos semânticos por referência ao contexto ou à instância de enunciação”. Portanto, para Parret, “as produções parafrásticas, enquanto fatos do discurso, são sempre reguladas por mecanismos de enunciação”. Mas não parece ser esta a idéia de paráfrase contida no manual de Nunes. Assemelha-se mais à idéia de perífrase que se caracteriza pela substituição de uma noção por um grupo de termos, sem implicar uma intenção de desambiguação no discurso, nem repousar sobre a propriedade de expansão dos sentidos, ou recorrer a um contexto enunciativo.

Dando seqüência à orientação dada no manual, para Nunes (ibid., p.78), a citação indireta ocorre quando o pesquisador apresenta a posição de alguém citado por outrem, mas, por ser uma opinião importante, que merece ser citada, deveria ser consultado diretamente. O

---

<sup>4</sup> Retomo aqui a idéia de Eco (1977) ao referir-se à “universidade de massa”, semelhante à situação precária da universidade brasileira, como um todo, com raras exceções.

autor segue orientando sobre a forma de fazer a citação indireta de transcrição literal ou de “paráfrase” do pensamento do outro (uso de aspas duplas ou aspas simples ou, ainda recuo diferencial e o uso do “apud” antes da citação da obra diretamente consultada). O autor e a obra citados indiretamente não entram na bibliografia final.

Ainda no capítulo 6 (p.82), é criticado aquele pesquisador que apenas mostra posições de diferentes autores a respeito do tema investigado, mas não dá sua opinião a respeito. Ele deve deixar claro aquilo que pensa, embora não precise, de antemão, segundo Nunes, “estar do lado deste ou daquele”. Quanto a esse último aspecto, discordamos do autor, pois parece ser impossível arrolar os argumentos ao longo da elaboração de uma monografia, sem se ter, uma posição razoavelmente definida. Ela poderá não ser revelada em sua totalidade, mas é ela que orienta a própria seleção das citações e, à medida que o pesquisador justifica ou não, as posições de diferentes autores, estará desvelando sua própria posição.

O Manual da Monografia de Nunes (2000:99) também aconselha sobre: as regras especiais para se fazerem as referências bibliográficas de acordo a orientação oficial da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT.); aspectos gráficos e técnicos da redação final. O autor pretende, mediante seu manual, alcançar uma padronização escrita do texto monográfico e da defesa oral para que seja o pesquisador aprovado por uma banca constituída por autoridades acadêmicas de sua área de conhecimento. No entanto, o uso da linguagem argumentativa, indispensável para a produção desse tipo de texto é quase inexplorado, como se fosse uma qualidade inata ao estudante. Há um vazio nessa orientação toda que precisa ser repensado e, se possível, preenchido.

Além do manual de Nunes, que é mais recente em relação à obra de Lakatos e Marconi, *Metodologia do trabalho científico* é também utilizada na universidade para orientação de trabalhos científicos. Para Lakatos e Marconi (1992:152), que reúnem conceitos de vários autores, a monografia apresenta algumas características básicas: é um “trabalho escrito, sistemático e complexo” que “focaliza um tema específico de uma ciência ou parte dela”; é, também, um “estudo pormenorizado e exaustivo, abordando vários aspectos e ângulos do caso”, dando-lhe um tratamento extenso em profundidade, mas limitado em alcance”; usa “sempre uma metodologia científica” e deve trazer uma “contribuição importante, original e pessoal para a ciência”.

Mas essas características acarretam ambigüidade, além de levantarem uma alta expectativa. Que entenderá o acadêmico inexperiente na tarefa da escrita do texto monográfico, quando se deparar com essa orientação (“tratamento extenso em profundidade, mas limitado em alcance”) que parece contraditória? Acredita-se que queiram dizer que deve ser feito um recorte do tema e, sobre este aspecto, aprofundar-se o máximo possível. Por outro lado, poderá a realização de uma monografia, texto dialógico por natureza e em nível de graduação, ser qualificada como contribuição “pessoal”?

As autoras (ibid, p. 152) reafirmam que a monografia é um trabalho que observa, acumula e organiza observações e informações; procura as relações e regularidades que pode haver entre elas; indaga sobre os seus porquês; utiliza de forma inteligente as leituras e experiências para comprovação; comunica aos demais seus resultados.

Na verdade, quem observa, organiza, procura indaga, utiliza e comunica é o pesquisador que produz a monografia. Talvez essa forma de redação utilizada pelas autoras seja, inconscientemente, um reflexo da importância que dão à tentativa de apagamento da subjetividade na produção do texto monográfico. É interessante lembrar um artigo de Larrosa (2003:101) em que o autor denuncia o apagamento do gênero ensaio dentro da universidade, considerado por ele como gênero híbrido, “ancorado num tempo espaço claramente subjetivos, o que parece opor-se, ponto a ponto, às regras de pureza e objetividade que imperam na academia”.

Voltando à análise do manual de Lakatos e Marconi, vê-se que sob o aspecto das finalidades da monografia, as autoras focalizam cinco itens básicos (p. 153): “descobrir e redescobrir a verdade; esclarecer fatos ou teorias obscuras; enriquecer e aprofundar o rol de noções científicas por intermédio de um trabalho metódico e rigoroso; ordenar e hierarquizar conhecimentos e experiências; comunicar eficazmente as descobertas”.

Cabem aqui alguns questionamentos. Quando as autoras, dizem que o trabalho monográfico visa a “descobrir e redescobrir a verdade”, será esta a mesma verdade, tendo em vista que é um novo acontecimento? Será ela semelhante para todos, como, por exemplo, para os estudantes das diversas áreas de conhecimento de uma universidade? Para o Direito, a lei é a verdade? E a lei é aceita por todos? Ou depende do ponto de vista de interlocutor, ou seja, do lugar onde ele se coloca? Não sofre transformações e adaptações?

Para Lakatos e Marconi (1992:153), as afirmações científicas componentes da monografia “expressam uma descoberta verdadeira”; “apresentam provas conclusivas”; pretendem ser “objetivas, ou seja, independentes do pesquisador que as apresenta – qualquer outro pesquisador deve poder encontrar o mesmo resultado”; possuem uma “formulação geral”, são, geralmente, “sistemáticas (ordenadas segundo princípios lógicos)”; e “expõem interpretações e relações entre os fatos-fenômenos assim como suas regularidades”.

Como se observa, as autoras pretendem que as monografias comuniquem eficazmente as descobertas por meio da linguagem, não levando em conta os princípios da não-literalidade e opacidade. Ou seja, esquecem o espaço da subjetividade, que é inerente ao funcionamento da linguagem, assim como de seus aspectos exteriores que implicam sentidos diversos. Guimarães (2002:23) fala sobre a trajetória do sentido no mundo, a partir de semânticas formais que consideram, por um lado, “que se deve tratar do sentido do enunciado (a unidade não é o signo)” e, por outro, “que o sentido é uma relação com um estado de coisas” No segundo aspecto, o sentido é tratado a partir do conceito de verdade. Isso quer dizer que, nessa semântica lógica, o sentido é visto como “o que uma expressão traz para as condições de verdade da sentença” (p.26), ou seja, “o que uma expressão traz para uma sentença é algo que diz respeito à relação desta sentença com fatos no mundo”. Guimarães (2002:27) cita Frege e sua distinção entre sentido e referência. Segundo esse pensador, matemático e lógico, para ter sentido, busca-se, para cada nome, a referência; e a referência é buscada porque se está preocupado com seu valor de verdade. No entanto, Frege considera que expressões distintas podem ter sentidos diferentes e o mesmo referente. Então, conclui Guimarães (2002:28) “no campo da lógica, a preocupação com a verdade liga-se à necessidade de encontrar as múltiplas maneiras por que o pensamento se apresenta. Tratar a linguagem é, assim, buscar o mesmo nas suas múltiplas formas. A forma é, então, uma aparência”. Disso tudo se conclui que, entre o universo e aquilo que se representa desse, está a linguagem e o homem e que, nessa intermediação, a apresentação do mundo tal qual ele é, torna-se impossível. Mas, tentando deixar de lado as considerações mais diretamente ligadas a filósofos e lógicos, ao falar em sentido da linguagem, pensa-se em Semântica e no primeiro lingüista a usar tal termo: Bréal.

Michel Bréal, em seu Ensaio de Semântica (1992), que remonta a 1897, diz que “a linguagem é feita pelo consentimento de muitas inteligências, do acordo de muitas vontades, umas presentes e atuantes, outras desfeitas e desaparecidas”. Assim, a linguagem representa, para Bréal, “um acúmulo do trabalho da inteligência e a causa de seu desenvolvimento (mudança) é a vontade humana perseverante, ainda que muitas vezes errática”. Então, a vontade humana, em matéria de linguagem, é que o homem seja compreendido, segundo sua intenção. Portanto, é o movimento dessa vontade que ocasiona as mudanças da linguagem as quais são, por sua vez, instrumento de civilização. Em Bréal, a idéia de que a linguagem progride e se desenvolve, tem relação com a historicidade. Eduardo Guimarães, um dos tradutores de Ensaio de Semântica, no prefácio da obra, observa que o histórico para Bréal

difere da idéia mecanicista de relação atomizada entre algo que veio antes e o que veio depois. Esse questionamento da sucessividade está fundamentalmente ligado à importância do sentido na linguagem, pois, ao questionar a sucessividade, Bréal mostra, numa dimensão teórico-metodológica, que não se devem tratar os fatos em si, mas no sistema de que fazem parte, e revela, também, numa dimensão descritiva, o conceito de polissemia: uma mesma forma pode ter, em momentos diferentes, significados também diferentes, numa coexistência simultânea de sentidos constituídos ao longo dos tempos. Instala-se, assim, a simultaneidade como uma relação lingüística. Mas essa idéia de historicidade da linguagem e sua simultaneidade de sentidos parecem, pelo texto de Lakatos e Marconi, que não afetam as afirmações ditas científicas, nas monografias. Será isso possível?

Nos idos de 1904, Bréal já publicava a 3ª edição de Ensaio de Semântica com o acréscimo de um capítulo: A lingüística é uma ciência natural? Já pelo título depreende-se que Bréal considera a lingüística como ciência, mas, ao longo do trabalho, o autor argumentará que o objeto da lingüística, a linguagem, não existe na natureza, pois é um ato humano, ou seja, não existe fora da atividade humana. Com isso, nega o caráter natural, mecânico, da linguagem, opondo-se à lingüística dos naturalistas de sua época. Ele foi mais além. Bréal preocupou-se com o subjetivo da linguagem, considerado por ele como fundamento primordial ao qual o resto foi sucessivamente ajuntado, - muito antes de surgirem Bally e Benveniste. Para Bréal, a história diz respeito a uma relação do sujeito (do homem) com a linguagem e há marcas de subjetividade daquele que fala naquilo que fala, graças à escolha de elementos próprios da língua e que marcam essa presença (tais como advérbios, modos e tempos verbais, conjunções, discurso indireto e pessoas). Pode-se observar, atualmente, a retomada desses estudos em alguns autores que se dedicam à análise sobre argumentação, tais como Ducrot e Anscombre. Mas, voltando a Bréal, a subjetividade é uma relação homem (eu)/mundo, que instala um tu, também uma subjetividade, destacada do mundo. Então o sentido é uma relação dessas subjetividades com o mundo. A partir daí, como negar a subjetividade na linguagem, mesmo nas monografias ditas científicas? Como se constitui o sentido na monografia? Parece uma ingenuidade dos manuais que orientam a elaboração desse tipo de texto, embora se reconheçam as boas intenções de seus “objetivos práticos”.

Mas, por outro lado, Lakatos e Marconi (1992:153) relacionam alguns aspectos do objetivo interno da monografia que têm a ver com a satisfação interior. O primeiro é “manifestar a própria personalidade, revelando os gostos e as tendências, exteriorizando o espírito de iniciativa e a criatividade, demonstrando a amplitude de juízos, demonstrando a capacidade de seleção em função de metas determinadas, revelando progressiva liberdade no trato científico”. O segundo objetivo interno da monografia é “expor a própria cultura e experiência adquirida das leituras, vivência, conhecimento, etc; expor a capacidade analítica e valorativa em relação a princípios objetivos e critérios próprios e a capacidade de distinguir os fatos das opiniões, as diferentes relações entre os fatos e os fenômenos, expressando as próprias opiniões, deduções, realizações etc”. O último objetivo interno é “comunicar por escrito o resultado de uma descoberta pessoal”.

Essas últimas orientações podem parecer bastante contraditórias ao aluno escritor, pois acenam com uma certa satisfação interior, o que remete à subjetividade, completamente ignorada, anteriormente, graças a tantas recomendações metodológicas e sugestões de apagamento da autoria. Sente-se falta aí, ainda, de uma orientação e justificativa mais evidente para que o estudante que se propõe a elaborar uma monografia refute as condições de verdade postas “à priori”. Para Ducrot, por exemplo, o poder argumentativo vem da exterioridade e é fundamental. A lógica veritativa cede lugar, então, à lógica das convenções sociais, que por sua vez suporta apenas uma universalidade própria a determinadas condições culturais. Isso justifica a sustentação de diferentes posições argumentativas como forças

ilocucionais que dependem das condições de produção. O que se quer criticar, amparada também pela teoria de Ducrot, é que, em momento algum perpassa na orientação do manual, a idéia de relatividade das verdades de uma determinada cultura.

Por tudo que foi exposto até aqui, vê-se que a escolha do texto monográfico para estudo se justifica não por sua importância na avaliação do processo ensino/aprendizagem, mas pelas características discursivas pressupostas em sua construção, a lógica do arranjo argumentativo, embora os manuais não contemplem esse aspecto com a profundidade de orientação que se faria necessária para a produção escrita..

Parece, então que o papel conferido à monografia como trabalho científico é muito mais percebido como uma prática com valor utilitário, independentemente da concepção de monografia que os autores tenham apresentado.

### **3. Reflexões sobre o ponto de vista dos orientadores a respeito da produção das monografias**

Segundo os orientadores das monografias deste corpus, o objetivo da elaboração desses textos é *“treinar e testar o aluno de Direito, no final de seu curso, para que demonstre sua capacidade de discorrer sobre um tema jurídico de forma lógica, coerente, mesmo que sua tese não apresente originalidade”*. É importante, nesse trabalho monográfico pedido aos alunos, que eles realizem sua *“argumentação por escrito em termos jurídicos”*. Isto é, os docentes querem *“levar os alunos a ter condições de apresentar uma ideia e contextualizá-la dentro do ambiente científico e, se possível, apresentar conclusões próprias”*. Essa forma lógica de discorrer por escrito sobre um tema, anexando argumentação com pontos de vista diferentes, discutindo sobre essas posições de forma a chegar a uma conclusão amplamente respaldada no desenvolvimento desses raciocínios antagônicos, parece, então, ser o grande problema detectado pelos professores na escrita da monografia, e não a questão da compreensão de questões jurídicas isoladas.

De acordo com os professores, as monografias são resultantes de pesquisa bibliográfica, com livros restritos, principalmente à biblioteca da Universidade e ao material do próprio professor. Os alunos pesquisam também na Internet e, em alguns casos, mais raros, compram livros específicos. Pelas respostas dos professores durante a entrevista, o acervo bibliográfico é julgado razoável, mas cobrirá todas as áreas de interesse dos alunos, tendo em vista que afirmam ser livre a escolha do problema? Não serão os alunos induzidos a escrever sua monografia sobre, justamente, assuntos cuja bibliografia seja de mais fácil acesso?

Ainda, segundo os orientadores entrevistados, desde o pré-projeto de pesquisa, os alunos são orientados pelos professores. Mas, apesar de chegarem com um assunto escolhido, levam dois ou três encontros para ter mais clareza dos objetivos de seu trabalho, pois é a partir do primeiro encontro, em geral, que o orientador fornece uma bibliografia básica, dentro da área escolhida. Por outro lado, também é fornecida uma bibliografia sobre possíveis manuais, para orientação metodológica, mas há liberdade de escolha por parte do aluno. Os professores orientadores preocupam-se mais com a bibliografia de conteúdo específico- que aborde os problemas do Direito problematizados na monografia -, sem a qual, segundo eles, será impossível desenvolver o tema escolhido.

Sabe-se, ainda pelas entrevistas, que, após a leitura de diversos textos, o estudante volta para discutir pontos interessantes, direcionados para o tema escolhido. É feito o pré-projeto, dividindo o tema em capítulos que abordarão fundamentos teóricos, históricos e lógicos. O aluno, após mês e meio, no mínimo de leituras e orientações, começa a escrever os primeiros textos. Embora a tese e a hipótese já estejam definidas, ainda que a três quartos (3/4) do andamento do trabalho, pode haver mudanças na ordenação dos capítulos, ou inserção de

outros, com o auxílio do professor, visando à argumentação coerente, segundo a entrevista concedida pelo orientador.

O maior problema apresentado, segundo os orientadores, é a falta de disciplina para o estudo, além da *“dificuldade crucial com a língua portuguesa, de como colocar a ideia no papel”*. Mesmo quando apresentam oralmente a questão a ser desenvolvida, a maioria dos alunos demonstra dificuldade de organização e análise lógica. Houve professor que confessasse que para alguns não há solução: o orientador precisa reorganizar o pensamento do aluno, chegando, inclusive, a reescrever parte do texto para ele, pois o aluno não percebe o “defeito”.

Será que essa dificuldade não se justifica exatamente na falta de sentido que aquele texto representa para o aluno? Até que ponto ele está realmente envolvido com o que ele quer dizer? Além disso, tendo em vista que a bibliografia básica de leitura é entregue no primeiro encontro com o orientando, no final do curso, não seria interessante o aluno, desde o início, ser orientado para um programa de leituras básicas de áreas diferenciadas do Direito, em que, inclusive, ele tivesse oportunidade de debater as ideias, reconhecer os pontos de vista diferenciados e existentes no mesmo enunciado, posicionar-se e expor a sua argumentação, primeiro, oralmente, depois, por escrito?

Mas, segundo os orientadores, certamente há alunos cuja produção é boa e são mais rápidos, percebendo imediatamente o motivo das observações levantadas. Em geral, as sessões de orientação levam uma hora e cada aluno recebe em média, dezessete orientações. Mas há casos em que uma orientação leva uma manhã inteira, também. Dizem ainda os professores que de 40% a 70% dos alunos não conseguem discutir com o orientador, as idéias pesquisadas. Mas aqueles que o fazem, sentem-se estimulados e voltam sempre com novas questões.

Quanto à avaliação do texto produzido pelo aluno, os professores observam: se ele conseguiu dizer o que se propôs em seus objetivos e comprovou suas hipóteses; a relevância do tema escolhido e seu aprofundamento.

Com relação a esse aspecto da avaliação feita pelos orientadores, parece-nos que conseguir negar hipóteses que supostamente se justificavam na teoria, num projeto de pesquisa, pode ser sinal de avanço, ao longo do trabalho, sinal de outros horizontes que ampliaram perspectivas e não de erro, apenas. Os objetivos também podem ser ampliados, ou reduzidos, ou modificados ao longo dos estudos. Por outro lado, reescrever o projeto, depois de a pesquisa ter sido feita e de o texto monográfico estar sendo produzido de maneira satisfatória, apenas para que haja completa coerência entre o projeto e o texto monográfico, parece um acerto bastante artificial e dispensável. No entanto, esse posicionamento dos orientadores se justifica em função da exigüidade do tempo (um mês e meio) para a elaboração da monografia, o que inviabiliza, nos parece, amadurecer e criticar o projeto de pesquisa. Apesar disso, os professores dizem pretender também avaliar o grau de aprofundamento da pesquisa.

Outra observação feita pelos orientadores sobre os critérios de avaliação refere-se à qualidade de o *“texto ser embebido na linguagem jurídica”* sem ser apenas uma compilação de autores, discorrendo o autor da monografia de forma coerente sobre o foco jurídico, numa questão bem delimitada. Por fim, os orientadores julgam que muito poucas vezes, nas monografias de seus alunos, percebem o aluno escritor como sujeito do texto monográfico. Ao ler, diz um orientador, *“o aluno passa o texto pelo seu filtro e, ao escrever, se percebe o que é dele e o que não é”*.

### 3. Conclusões

Como se conclui, pelas próprias respostas dos orientadores, a leitura é básica para a pesquisa que dará origem ao texto monográfico escrito. E a leitura, para a universidade, é uma conduta orientada pela disciplina. Mas parece que o jovem compromete-se mais com o cronograma de leitura previsto por seu orientador do que, necessariamente, com o sentido do texto em si. Talvez, porque essa exigência de leitura de textos científicos da área jurídica ainda não tenha sido incorporada, ao longo do curso, como uma conduta própria do modo de vida do estudante de Direito, futuro advogado. Mas é importante que os professores orientadores não esqueçam de que lemos e compreendemos norteados por várias vozes que repercutem em nossa consciência, lemos acionando “janelas do que já vimos”, ouvimos ou falamos anteriormente. Que coro repercuta na mente desses alunos? Através de que janelas eles enxergam e se comunicam? Quando e como são abertas essas janelas?

Nessa busca de entendimento do sentido do outro, estrutura-se também a compreensão e a produção dos enunciados. Produzir um texto argumentativo significa revelar um jogo de vozes que se conjugam ou se opõem. Espera-se que se pense mais nos recursos lingüísticos da polifonia, no seu funcionamento argumentativo, e que os professores saibam mostrar como esse imbricamento de vozes deve constituir esse discurso monográfico, embora os manuais que orientam a produção desse tipo de texto muito pouco falem disso.

#### Referências

- AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1995 (original russo 1929).
- BRAIT, Beth. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana L. P. de; FIORIN, J. L. (orgs). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2003
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. trad. Aída Ferraz et al. São Paulo: EDUC, 1992.
- DUCROT, O. *Polifonia y argumentación*. Cali, Universidad del Valle, 1988.
- \_\_\_\_\_. Topoi e formas tópicos. Trad. BIRCK, C. In: ZANDWAIS, Ana (org.) *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2002. (Coleção Ensaio, n. 17), p. 10-21.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.
- ELICHIRIGOITY, M. T.. *Argumentação na Monografia: uma questão de polifonia*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS, 2007-270p.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido*. Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. São Paulo: Pontes, 2002.
- LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. *Metodologia do Trabalho Científico*. 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1992
- LARROSA, Jorge. O Ensaio e a escrita acadêmica. In: *Educação e Realidade*, v.28, n.2, julho/dezembro/2003.
- NUNES, L.A. Rizzato. *Manual da monografia: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- ORLANDI, Eni P. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.



**Anais do IX Encontro do CELSUL**  
**Palhoça, SC, out. 2010**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina**

UNIVERSIDADE Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas. *Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000 (Normas para a apresentação de documentos científicos; 2).

ZANDWAIS, Ana. A heterogeneidade do conceito de paráfrase. In: LIMA, M. dos S.; GUEDES, P. C. *Ensaio – Estudos de linguagem*, v. 10. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996 (11-18).